

*Discurso no lançamento da campanha
“Agricultura real – um prêmio à
produtividade e qualidade”*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 5 DE SETEMBRO DE 1996

Senhor Ministro Arlindo Porto; Ministro da Agricultura e do Abastecimento; Senhores Ministros de Estado que aqui estão; Senhores Governadores de Goiás, Dr. Maguito Vilela, e do Tocantins, Dr. Siqueira Campos; Senhores Parlamentares; Senhores Vice-Governadores; Senhores Líderes; Senhores Secretários de Agricultura dos diversos Estados; Senhores Empresários, Senhores Representantes dos trabalhadores; Senhoras e Senhores;

Nós estamos vendo, hoje, aqui, o resultado da continuidade na busca da construção de uma política agrícola para o Brasil. Nós superamos a fase em que as pressões legítimas diziam respeito a questões específicas, tópicas. Era a dívida que não se pagava, era a taxa de juros que era muito elevada, era isso, era aquilo, em termos concretos, mas limitados.

Hoje, graças à estabilização, que se vê pelo resultado do mês de agosto, em que foi zero vírgula trinta e poucos por cento de inflação, índice recorde; graças à persistência – muitas vezes incompreendida, do Governo Federal, que diz “não”, quando tem que dizer “não”, por-

que não vai consentir que o Plano Real seja prejudicado por demandas, embora justas, mas sem cabimento dentro do controle fiscal que temos de estabelecer para garantir essa estabilidade —, graças a essa estabilidade, nós podemos divisar mais longe.

É um Brasil que já está mais confiante em si e que começa a poder colher os frutos de muito esforço de milhões de brasileiros. E é preciso reconhecer, como já o fiz mais de uma vez, que os que trabalham no campo pagaram um preço alto por essa estabilidade. Portanto, chegou a hora, também, de começarmos a definir políticas que permitam a recompensa àqueles que trabalham no campo, dos empresários ao agricultor familiar, dos sem-terra aos que têm propriedade. O Governo está reorganizando um conjunto de políticas.

Hoje, o Ministro da Agricultura fez uma exposição que dá gosto, porque, com competência, com simplicidade, mostrou o que está sendo feito. E nós podemos já reformar o próprio Ministério da Agricultura. Reforma do Estado não é apenas um projeto de lei mandado pelo Governo à Câmara. É mais do que isso. É mudança de mentalidade, é mudança de práticas, é reorganização do próprio espírito com que se leva adiante a Administração Pública; e é, sobretudo, o reconhecimento, que nós afirmamos sempre, de que não há de ser de Brasília que vamos resolver os problemas do Brasil.

Brasília tem que dar o caminho, tem que apontar as direções e dar incentivos. Mas nós temos que descentralizar fortemente. Quem não entende isso não entende da dinâmica de um país do tamanho do Brasil, com uma população imensa e que já tem, hoje, capacidade instalada, desde a base da sociedade até os níveis municipais e estaduais, que permite compartilhar responsabilidades e decisões.

E é o que está sendo feito. É o que está sendo feito porque temos a consciência, no Governo Federal, de que de nada vale um poder abstrato, um poder meramente burocrático e que não encontra apoio no conjunto da sociedade. E só haverá apoio no conjunto da sociedade quando a sociedade se sentir partícipe das decisões. Por isso esse Fórum que se organiza hoje, que terá suas câmaras, terá capilaridade. Por isso nossa insistência em termos presentes secretários estadu-

ais e governadores. Por isso essa vontade, que também se manifesta hoje, de em todos os programas, como é o caso do Pronaf, programa ao qual atribuo grande importância, buscarmos diversificar, dar capilaridade aos recursos, de tal maneira que a decisão tomada em Brasília possa chegar lá na ponta.

E isso é difícil, não por falta de vontade política. Quem fala em vontade política não tem noção da realidade. Estão saudosos do autoritarismo, estão imaginando que basta o Presidente querer e tudo acontece. Não é assim, não. E é bom que não seja assim. É preciso que todos queiramos, para que aconteça. O Presidente quer, sim. Quer muito, está fazendo e vai continuar fazendo. Mas não basta. É preciso, realmente, que haja capilaridade para chegar lá na ponta. E, por mais que se queira, as nossas instituições não foram preparadas para atender ao mais pobre, não foram preparadas para atender ao pequeno. Foram preparadas para atender ao grande. E o que estamos fazendo é reorganizar a administração, para que ela possa atender também ao pequeno, sem esquecer que o empresário é fundamental na dinâmica da globalização e na competitividade. Mas não será suficiente, se não houver, também, a inclusão daqueles que nunca têm acesso aos recursos, mesmo quando nós, aqui de cima, até de todo coração, desejamos, porque não basta desejar: é preciso construir os canais que cheguem lá.

Por isso é que o Pronaf, agora, vai ter assistência dos bancos estaduais, dos bancos privados. A Emater vai estar envolvida nesse processo. E é preciso que haja, realmente, esse conjunto de ações, para que possamos ter um resultado positivo.

Recursos até que existem. Passamos de 250 milhões de reais para um bilhão. O Brasil quase perdeu a noção do que é dinheiro. Um bilhão é muito dinheiro. Mas não adianta nada ter esse um bilhão no papel, por uma decisão que eu assinei embaixo e que não chegou na ponta. É preciso que isso chegue lá na ponta. E é disso que se trata nesse conjunto de decisões e na ação do Ministro Arlindo Porto e de todos os seus colaboradores, que aqui aproveito para agradecer.

Isso também não se fará se a iniciativa privada não estiver junto com o Governo. Aqui, o demonstrativo está claro, nesse vídeo que

acabamos de ver. É preciso que haja essa cooperação, porque no mundo moderno é assim. No mundo moderno, não basta pensar que o Estado faz. É preciso que a sociedade faça também. E também não se pode ter a ilusão de que a sociedade sozinha pode fazer, porque não pode. É preciso que a vontade política organizada coopere e haja convergência, para que as coisas aconteçam.

Tudo isso é um processo quase didático de reconstruir o Estado no Brasil, de reconstruir a credibilidade do setor público no Brasil, de reconstruir a confiança, também por parte do setor público, para delegar e, ao delegar, não temer pelo que vai acontecer. E essa delegação far-se-á como se está fazendo em nível estadual, municipal e da própria sociedade, diretamente, através das organizações de base, que têm que, cada vez mais, participar do processo decisório e da implementação das decisões que estejam embasadas numa vontade nacional, numa vontade coletiva.

É isso que estamos fazendo aqui: inaugurando um fórum, reorganizando os ministérios, através do Prima, ampliando a capilaridade do Pronaf e já com a certeza de que temos um zoneamento agrícola e que há, pela primeira vez, possibilidade de uma política agrícola, que é o que estamos fazendo. Estamos fazendo uma política agrícola.

Cansei de ler, até com razão, os que criticavam o Governo porque não tinha política agrícola. Não tinha porque não podia ter. E não podia ter porque não tinha estabilidade, porque não tinha a continuidade administrativa. Agora, mesmo quando muda o ministro, não muda a orientação, porque a orientação é minha. E vai ser assim, enquanto eu for delegado pelo povo, como sou.

Então, nós, hoje, temos a possibilidade de começar a trabalhar com um horizonte mais amplo. Todos sabem que o que estamos vendo aqui, hoje, na agricultura nós estamos fazendo nos vários setores. Há pouco, eu conversava com o Ministro do Meio Ambiente, que vai a Bonn na semana próxima. Um programa que era quase impensável realizar ou ter apoio das organizações não-governamentais, que era o Plano Piloto de Preservação da Floresta Úmida na Amazônia, hoje é reconhecido – acabei de ler o relatório – pelos bancos internacio-

nais, pelos grupos de assessores internacionais e pelas organizações não-governamentais como um programa que está sendo efetivado.

E aquilo que, num primeiro momento, foi alvo de uma barulheira internacional, parecia que ia o mundo abaixo: o fato de que íamos dar estabilidade jurídica à posse das terras demarcadas para os indígenas. Maus brasileiros espalharam pelo mundo que o Governo queria tirar terra de índio, quando era o oposto. Nós queríamos dar a estabilidade, mantendo o contraditório – e começam a ver, agora, que isso é verdade.

Estive, recentemente, lá no Norte do Brasil, na Amazônia, em São Gabriel da Cachoeira, e mais adiante; e um representante das organizações não-governamentais me disse: “Olha, pela primeira vez, aqui se trabalha em conjunto – a Funai, o Ibama, as organizações não-governamentais, o Exército.” Nós estamos demarcando a terra e dando estabilidade jurídica. Estamos estabelecendo isso em todo o Brasil.

Não dêem ouvidos à zoeira, zoeira que poderia até doer em mim, que sou sócio da Associação Brasileira de Antropologia – sou sociólogo formado e entendo...; não entendo nada, mas fiz curso também de antropologia –, zoeira que podia me incomodar porque estou lá fora, lutando pelo Brasil. E vem lá um abaixo-assinado de gente que não sabe nada sobre o Brasil, informada por gente no Brasil que também não sabe nada sobre o que está acontecendo, para minar as possibilidades de nós mudarmos o Brasil. Não vão minar, porque nós estamos indo no bom caminho, de peito aberto, dizendo o que estamos fazendo, sem ter o que esconder.

Assim, agora, hoje, vejo, já reconhecido pelas próprias organizações internacionais que o programa ou projeto-piloto da Amazônia é correto e que nós tomamos as medidas, as mais duras que já foram tomadas, para preservar a Floresta Amazônica.

Poderia dar exemplos em todas as áreas, porque é uma ação coordenada. Não vou falar de reforma agrária, porque falo todo dia. E não adianta dizer que nós não vamos fazer, porque vamos fazer. Não adianta ocupar prédio, porque não vou consentir nisso. Não vou consentir mesmo, porque sou representante eleito legitimamente

pelo povo para manter a democracia e não vou aceitar que haja, em nome de uma causa justa, a desordem. Em nome de uma causa justa e com ordem, nós vamos realizá-la e chegar ao objetivo, que é dar terra a quem precisa da terra.

Continuaremos o projeto de reforma agrária, com toda ênfase. E os recursos já estão postos lá, também, para que se siga, mas na linha daquilo que é a vontade do País, a vontade de avançar, e não de agitar, e não de confundir.

Pois bem, hoje, o Brasil todo sabe que essas coisas não são palavras. Nós estamos fazendo. O Ministro Kandir ressaltou 42 projetos do PPA. Desses, alguns já estão em marcha ativa. Lá, na Amazônia, também fui mostrar que vamos, sim, aproveitar o gás do Urucu. Já a linha de transmissão do Tucuruí, que nunca houve e vai beneficiar 700 mil pessoas, está sendo construída. Devo ir ao Mato Grosso para fazer a mesma coisa em Sinop: a extensão da linha elétrica. Pela primeira vez as hidrovias vão funcionar, sim. E eu digo sempre que a do Madeira, no Amazonas, vou inaugurar já. A exportação vai ser feita, no próximo ano, pela via fluvial e vai baixar os custos violentamente.

Ontem, na Bolívia, fui lá para dar início a uma obra – início, mesmo – porque já lançamos os editais, hoje, aqui, no Rio, em Porto Alegre, em São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Londres e Nova York, para que possamos iniciar a construção de um gasoduto de três mil quilômetros. É o terceiro maior gasoduto que se faz na História. Três mil quilômetros.

Pois bem, esse projeto desde 1971 estava em discussão, lá, com a Bolívia. Ontem, demos a ordem de serviço. E vamos fazer isso com cada um dos projetos que lá estão. Por quê? Porque nós organizamos o Brasil, porque demos estabilidade à economia, e também estabilidade política, sem discriminações, sem estar preocupado com o nhenhém, como eu digo, de gente que não tem o que fazer e dá notícias no jornal, falsas, muitas vezes, simplesmente para aparecer. Podem dizer o que quiserem. Nós vamos continuar unidos, com os vários partidos que apóiam o Governo. E, se outros

mais quiserem apoiar, que venham, pelo Brasil; não é por mim, não: pelo Brasil.

Então, essa estabilidade, essa tranquilidade permite que, outra vez, este país possa ter um rumo firme. É esse rumo firme na agricultura que nós estamos, hoje, aqui, para mostrar ao País.

Quero agradecer ao Ministro, aos que trabalharam com afinco, no Ministério e fora do Ministério. Conheço o esforço, sei que estão integrando as áreas de pesquisa, que são fundamentais para a agricultura. Aqui se vai premiar aqueles que trabalham na pesquisa também. Quero agradecer ao setor privado, que tem dado apoio, tem contribuído e vai continuar contribuindo para isso.

Quero dizer que, se mantivermos, como vamos manter, esse espírito de convergência, aí, não tenho dúvida nenhuma, o salto que o Brasil precisa dar ele dará. E dará com mais brevidade do que se imagina, porque nós somos um país que tem enorme capacidade de crer em si mesmo, desde que haja boa vontade e honestidade.

A palavra verdadeira disse o Ministro aqui. Tudo isso é para uma só coisa: é para dar dignidade a quem trabalha no campo, dignidade ao funcionário, dignidade ao empresário, respeito e dignidade.

Tenho dito – e com isto vou concluir – que, ao lado do lema “Ordem e Progresso”, hoje, nós precisamos do lema “Justiça e Progresso”. Estamos fazendo tudo para que o Brasil seja mais justo.

Muito obrigado.

